

TRABALHO, EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO HUMANA: O TRABALHO EM MARX

Eixo: Marxismo, educação e luta de classes: desafios históricos e urgências contemporâneas

Ailson Darlan Sales Ferreira¹
Ana Paula Ferreira Leite²

RESUMO

O texto visa refletir sobre a natureza do trabalho e da educação na sociedade capitalista, com recorte para a interface trabalho e educação. A metodologia consiste em estudos bibliográficos. Tem-se como referência do pensamento social, a perspectiva Marxiana, para breve análise da temática da educação no contexto da luta de classes que se delinea em âmbito da criação, apropriação e natureza do conhecimento, e de qual conhecimento é selecionado para a formação dos filhos dos trabalhadores. Formulando o que viria a ser um estudo intrínseco à sociedade burguesa, bem como o estabelecimento da compreensão do mecanismo de exploração respaldado nas distintas relações sociais, Marx define o socialismo como sendo o modelo econômico que melhor representaria o contexto civilizacional. Evidencia a importância do trabalho, que além de propiciar a realização do ser social – distinguindo-o de suas formas anteriores – contribui para sua humanização, sendo condição para sua existência. O filósofo demonstra o antagonismo existente no que classificou como trabalho concreto (*work*) – concernente ao sentido da relação metabólica entre homem e natureza, sendo condição para a instauração de bens socialmente úteis –, e abstrato (*labour*) – forma em que a exploração capitalista de fato se enfatiza, na qual a força humana será tida como mera mercadoria. Em meio a tal contexto, o trabalho, que é o papel de fundante do ser social, diferenciando-o da própria natureza, passa a assumir uma forma assalariada e alienante. Seria papel educacional despertar o lado crítico da humanidade, elucidando-lhe o que seria a “verdadeira realidade”. Nessa circunstância, o discernimento das mazelas sociais seria de vital importância na promoção das chamadas lutas de classes, tidas como mecanismos revolucionários.

Palavras-chave: Trabalho. Educação. Alienação.

ABSTRACT

The text aims to reflect on the nature of work and education in capitalist society, with cutout for the interface work and education. The methodology consists of bibliographic studies. Has reference of social thought, the Marxian perspective, for brief analysis of the theme of education in the context of the class struggle that emerges in connection with the creation, ownership and nature of knowledge, and what knowledge is selected for training workers' children. Formulating what would become intrinsic to bourgeois society study, as well as establishing an understanding of the operating mechanism supported in the different social relations, Marx defined socialism as the economic model that best represent the civilizational context. Highlights the importance of the work, which in addition to providing the realization of social being - distinguishing it from its previous forms - contributes to its humanization, a condition for its existence. The philosopher demonstrates the antagonism which ranked as the concrete work (*work*) - concerning the meaning of the metabolic relation between man and nature, a condition for the establishment of socially useful goods - and abstract (*labor*) - the form in which capitalist exploitation fact is emphasized, in which human strength shall be taken as a mere commodity. Amidst such a context, the work, which is the foundational role of social being, differentiating it from nature itself, begins to assume a salaried and alienating way. Educational role would awaken the critical side of humanity, explaining to him what would be the "true reality". In this circumstance, the

¹ UFAL/EMO/HES

² UFAL/EMO/HES

discernment of the social ills would be of vital importance in promoting the so-called class struggle, seen as revolutionary mechanisms.

Keywords: Job. Education. Alienation.

Introdução

A finalidade deste artigo é discutir o tema trabalho, educação e formação humana: o trabalho em Marx, baseado na distinção feita por Marx entre trabalho concreto e trabalho abstrato a ser retratado amplamente pelos autores Antunes, Kuenzer, Lessa, Lukács, Mészáros, José Paulo Netto, Saviani e principalmente Karl Marx. No intuito de facilitar a compreensão, antes de adentrar no objetivo estabelecido, fez-se breve explanação a respeito do que Marx e Engels abordaram a respeito das características do trabalho e de alguns de seus conceitos baseada na história e sociedades humanas.

Assim, o referido artigo compõe-se, além desta introdução, de mais um capítulo intitulado Trabalho em Marx, onde este abordará todo o desenvolvimento do artigo e em seguida com as considerações finais.

O Trabalho em Marx

Karl Marx e Friedrich Engels não desenvolveram teses dedicadas, estritamente, à temática do ensino e educação³. Não obstante tais questões são incidentes em textos observados em obras como *O Capital*. Embora não tendo por intuito evidenciar o mais adequado sistema pedagógico, as comentadas produções são de suma importância para o entendimento da sociedade, a partir de suas teorias, que concernem entender a sociedade capitalista, com textos voltados às diversas dimensões da realidade, como à problemática social.

Na compreensão da educação na perspectiva marxista, é essencial o conceito de trabalho – tido como categoria fundamental para o desenvolvimento da vida social, o aporte basilar para viabilizar condições e mecanismos de transformação do homem quanto homem, e deste o meio em que se encontra – este tem dimensão social. Destaca-se esse caráter do trabalho e outro caráter, o de ineliminável relação na produção e reprodução da existência humana, bem como a natureza da produção da alienação, a qual é promovida pelo próprio ser humano.

3 Comentário respaldado na obra *Textos sobre Educação e Ensino*, de autoria dos mesmos filósofos citados, p. 6.

De antemão, tendo por base o citado caráter transformador do trabalho, mediante a ação humana, sob a natureza, é importante comentar o papel que esta última assume perante a abordagem de Marx. Assim procedendo, as reproduções sociais seriam inviáveis sem que houvesse transformações do meio ambiente em que o homem se insere – o inverso, todavia, não é verdadeiro: embora se faça condição necessária para a existência da sociedade, a natureza independe desta última, prescindindo-a. Como é afirmado por Sérgio Lessa (2007, p.132): “[...] sem a transformação da natureza o capital produzido ou valorizado pela exploração do trabalho abstrato não poderia sequer existir”. Portanto, as modificações históricas pelas quais distintas formas civilizacionais passaram, promoveram-se mediante alterações do ambiente natural, dada a necessidade humana. Ainda assim, a vida social não se vincula, unicamente, ao meio em que se promove, estando dependentes de fatores observados em sociedade, inexistentes na esfera orgânica, como assinalam Lessa e Tonet:

Sem a reprodução biológica dos indivíduos não há sociedade; mas a história dos homens é muito mais do que a sua reprodução biológica. A luta de classes, os sentimentos humanos, ou mesmo uma obra de arte, são alguns exemplos que demonstram que a vida social é determinada por outros fatores que não são biológicos, mas sociais.

Essa simultânea articulação e diferença do mundo dos homens com a natureza tem por fundamento o trabalho. (LESSA; TONET, 2008, p.17)

Para Marx (1983, p. 149), “[...] o trabalho é um processo entre o homem e a natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a Natureza.”, ou seja, podemos designar trabalho como a atividade aplicada pelo homem, sob determinadas formas, para gerar riquezas. É a alteração de matérias naturais em outros para atender as necessidades dos homens e por seguinte, da sociedade. De acordo com Saviani (1991) o que torna o homem diferente dos demais animais é a forma dele relacionar-se com a natureza, uma vez que os animais em geral se adaptam a ela para sua sobrevivência, entretanto, o homem faz exatamente o contrário, ele adapta a natureza para si, garantindo sua sobrevivência, isso ocorre através do trabalho. Mas não é só o homem que trabalha os outros animais também o fazem, segundo Kuenzer (1988) os animais que efetuam o trabalho não o fazem porque não refletem as suas tarefas, eles o fazem por determinação genética, ao contrário dos seres humanos planejam as suas ações antes mesmo de realiza-las:

[...] verifica-se que a característica diferenciadora do trabalho humano é sua possibilidade transformadora e dinâmica; o homem é o único ser na natureza capaz de conceber a sua ação anteriormente a sua execução e de avaliá-la a partir de fins determinados. Assim o trabalho se apresenta como momento de articulação entre subjetividade e objetivação [...] (KUENZER, 1988, p. 29)

Mas, se analisarmos socialmente o trabalho, conforme as ideias de Netto, postas em sua obra intitulada *Economia política: uma introdução crítica*, percebemos que não devemos imaginar o trabalho somente como uma ação competida limitada por homens, que por meio de um trabalho faz a intercessão entre objeto e sujeito, entretanto, devemos compreender o trabalho, contudo como o processo histórico na qual originou-se o ser social, uma vez que o trabalho não transforma somente a natureza, mas também o seu sujeito que interage e organiza-se agregado aos demais membros de sua sociedade. Desse modo, “estamos afirmando que foi através do trabalho que a humanidade se constituiu como tal” (NETTO, 2006, p. 34), isto quer dizer que o trabalho cria conexões essenciais que fundamentam o ser social e vai se estabelecendo ao longo do processo histórico. Portanto, o gênero humano é formado pelo ser social, pois quanto mais os homens absorvem as intenções do ser social mais eles se humanizam e mais sociáveis se tornam, como assim afirma José Paulo Netto (2006, p. 38) “quanto mais os homens, em sua singularidade, incorporam as objetivações do ser social, mais se humanizam, mais se desenvolvem em si o peso da sociabilidade [...]”.

Segundo Ricardo Antunes (2005, p. 67) “é a partir do trabalho em sua realização cotidiana que o ser social distingue-se de todas as formas pré-humanas”. Dentro desse contexto, a passagem de *O Capital*, na qual Karl Marx antagoniza o pior arquiteto da melhor abelha, permite-se, inferir que o ato de refletir no objeto de trabalho, isto é, no ato de externar sua consciência, ocorre a humanização do ser social. Esta lhe diferenciando de suas formas anteriores. Foi mediante a tal reflexão que Lukács (1978, p. 8) expressou analiticamente que: “O trabalho é um ato de por consciente e, portanto, pressupõe um conhecimento concreto, ainda que jamais perfeito, de determinadas finalidades e determinados meios”. O trabalho seria, portanto, a condição para a existência do ser social, fundante de sua realização. Relevando tal perspectiva, Marx afirma também na citada obra, *O Capital*:

Como criador de valores de uso, como trabalhador útil, é o trabalho, por isso, uma condição de existência do homem, independentemente de todas as formas de sociedade, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre

homem e natureza e, portanto, vida humana (MARX, 1983, p. 149 -150).

O que se pode observar dentro do aspecto abordado, como fora citado anteriormente, é o seu caráter dualista, uma vez que o trabalho é útil para dignar o ser humano e também nos conduzir a nossa existência e utilidade natural. Pelo trabalho o ser humano participa diretamente da vida social, se desenvolve como pessoa e transforma o meio em que vive, como bem pontua Lukács:

[...] Por um lado, o próprio homem que trabalha, é transformado pelo seu trabalho; ele atua sobre a natureza; “desenvolve as potências nela ocultas” e subordina as forças da natureza “ao seu próprio poder”. Por outro lado, os objetos e as forças da natureza são transformados em meios, em objetos de trabalho, em matérias-primas etc. (LUKÁCS, 1978, p. 16)

Como citado anteriormente, na introdução, o ponto chave do assunto aqui tratado gira em torno da distinção feita por Marx, entre *trabalho concreto* e *trabalho abstrato*:

Todo trabalho é, por um lado, dispêndio de força de trabalho do homem no sentido fisiológico, e nessa qualidade de trabalho humano igual ou trabalho humano abstrato gera o valor das mercadorias. Todo trabalho é, por outro lado, dispêndio de força de trabalho do homem sob forma especificamente adequada a um fim, e nessa qualidade de trabalho concreto útil, produz valores de uso. (MARX, 1983, p. 53)

Enquanto o primeiro é tido como “intercambio metabólico entre os homens e a natureza, condição para produção de coisas úteis e necessárias” (ANTUNES, 2005, p. 69), o segundo é referenciado como o momento em que se verifica o gasto de força humana, seja produtiva, intelectual ou física, sendo determinada socialmente.

Marx utilizou-se de dois termos distintos (em inglês) para melhor caracterizar essa dimensão ampla do trabalho: *work* e *labour*. O primeiro (*work*), mais dotado de positividade, é por isso uma expressão mais aproximada da dimensão concreta do trabalho, que cria valores socialmente úteis e necessários. O segundo (*labour*) expressa a dimensão cotidiana do trabalho sob a vigência do capitalismo, aproximando-se mais da dimensão abstrata do trabalho, do trabalho alienado e desprovido de sentimento humano e social. (Ibidem, p. 73 – 74)

O trabalho concreto é a espécie que sustenta o ser social. É por meio dele que ocorre a mutualidade entre homem e natureza. Os homens agem sobre a natureza com o intuito de

produzir os meios indispensáveis a sua existência e os meios de produção, resguardando sua sobrevivência e, por consequência, a reprodução social. De antemão o trabalho abstrato é o aspecto que o trabalho adquire no modo de produção capitalista, isso significa que neste paradigma de sociabilidade, o homem é convertido à força de trabalho, uma simples mercadoria para o capital, que ao deixar de produzir lucro é jogado fora. Então, esse trabalho não será encaminhado a atender as necessidades humanas, entretanto a sua precedência é servir as necessidades de reprodução do capital. É através do trabalho que o homem difere-se da natureza, e para assimilar este processo se faz conveniente ressaltar as três esferas ontológicas: a inorgânica (reino mineral), a orgânica (animais e plantas) e a social (o ser social, o homem em sociedade), mas essas questões já foram bastante discutidas por Sérgio Lessa em sua obra *Para compreender a ontologia de Lukács*.

O trabalho começa no intercâmbio orgânico entre homem e natureza. Verifica-se nessa analogia que só há vida humana se o homem produzir uma sintonia imutável com a natureza porque a própria reprodução biológica depende dessa relação homem e natureza para assegurar perpetuação da espécie. É inimaginável ver a sociedade sem natureza até mesmo vida humana sem uma base natural. A natureza é um ambiente que antecede o avanço da sociedade. Isto a traduz como uma forma indispensável e substancial para a existência e reprodução da sociedade, ou seja, não há trabalho sem a interação homem e natureza. Ao destruir a natureza, destrói-se o fundamento que compõe a existência da vida humana e também dos recursos para a reprodução humana.

Se referindo ao presente modo de produção capitalista, analisa-se que este faz uma jornada rumo a uma produção destrutiva, pois à medida que ele acaba com os recursos naturais, caminha para sua autodestruição, ameaçando também a subsistência da própria humanidade. Se não for adquirido outro modelo de sociabilidade, os recursos naturais se acharão tão desgastados que dificultarão até mesmo a fundação existente do pleno desenvolvimento humano; o que observamos nos dias de hoje é o desenvolvimento destrutivo da geração do capital no modo de produção capitalista que por parte de Mészáros já recebeu um aprofundado estudo.

Antes de compreender como o trabalho assume a perspectiva abstrata no modo de produção capitalista, é imprescindível discernir a origem das classes sociais. De acordo com o pensamento de Lessa (2012), a progressão das forças produtivas, desenvolvidas pela agricultura e pela pecuária, concerniu que os homens ultrapassassem a sua produção, isto é, passaram a

produzir mais do que precisavam. E foi a partir disso que o homem viu que era proveitoso explorar outro homem, colocou outros homens como escravos para produzirem para outros homens com o intuito de usurpar as suas riquezas. Dentro desse jogo observamos duas classes: a que produz toda a riqueza através do trabalho e a que usurpa essa riqueza. E é a partir de então que o trabalho deixa de priorizar as urgências humanas para dar lugar à usurpação das riquezas pela classe dominante. Dentro do modo de produção capitalista, o trabalho transforma-se em trabalho alienado, não perdendo os aspectos que fundam o ser social, mas deixando de lado sua priorização para atender os interesses de reprodução do capital, entretanto, o capital não deixou de atender as necessidades humanas, mas subordina essas necessidades de acordo com o seu interesse.

Conforme Marx, o trabalho sempre irá ser o atributo eterno da vida social, contudo, a exploração do homem pelo homem acaba criando novos paradigmas históricos de organização e produção, como é o caso do escravismo, feudalismo e do próprio capitalismo, que difere apenas dos outros modos de produção pelo fato de que no capitalismo o trabalhador é livre para vender a sua força de trabalho, enquanto nos outros modos de produção não acontecia isso. Quando o proletário vende sua força de trabalho à burguesia, transforma-se em mercadoria, para que isto ocorra é essencial que esta força gere “[...] um valor maior do que ela própria vale, [...] um valor maior do que aquele que ele paga ao trabalhador em forma de salário, conhecido como mais valia” (LESSA; TONET, 2008, p. 65-66)

De acordo com Lessa e Tonet (2008, p. 68) “o custo, para o capital, dessa mercadoria chamada força de trabalho é muito menor do que as necessidades humanas do trabalhador”. Ao ocorrer o crescimento da sociedade capitalista, o trabalho é direcionado a atender as precisões de reprodução do capital, pois como bem se sabe o âmago da sociedade capitalista é a acumulação privada de capital, isso que dizer que os homens são resumidos a simples força de trabalho, são tratados como uma mercadoria qualquer, isto é, os homens não possuem nada a não ser a sua força de trabalho que será vendida como mercadoria. Dessa forma, no modo de produção capitalista, o trabalhador assalariado vende sua força de trabalho que é convertida em mercadoria. Entende-se então que a cerne da alienação na sociedade capitalista é decorrente da redução do ser humano em mercadoria, simplesmente com a finalidade de gerar lucro, ou seja, no capitalismo, o trabalho que estrutura o ser social passa a ser trabalho alienado.

Marx demonstra em *O Capital*, o processo na qual o trabalhador deixa de conter o

controle de seu trabalho e nota a separação entre trabalho intelectual e trabalho manual:

Na medida em que o processo de trabalho é puramente individual, o mesmo trabalhador reúne todas as funções que mais tarde se separam. Na apropriação individual de objetos naturais para seus fins de vida, ele controla a si mesmo. Mais tarde ele será controlado. O homem isolado não pode atuar sobre a Natureza sem atuação de seus próprios músculos, sob o controle de seu próprio cérebro. Como no sistema natural cabeça e mão estão interligados, o processo de trabalho une o trabalho intelectual com o trabalho manual. Mais tarde separam-se até se oporem como inimigos (MARX, 1985b, p. 105)

Típica das sociedades de classes, a divisão social do trabalho é a partição entre o trabalho manual e o intelectual, onde o primeiro é percebido como o intercâmbio orgânico entre o homem e natureza; já o segundo é visto como atividade de controle e orientação. Frente a essa nova parametrização que o trabalho assume, percebe-se que a separação entre trabalho manual e o trabalho intelectual acontece porque o trabalho do trabalhador passa a ser controlado por outros e não por ele mesmo; o produto do trabalho passa então a ser uma mercadoria que se obtém valor de uso e de troca dentro da sociedade capitalista. Marx (1983, p. 47) afirma que “um valor de uso ou bem possui valor, apenas, porque nele está objetivado ou materializado trabalho humano abstrato”. Assim, o produto do trabalho são as mercadorias que possuem valor, onde para medir esse valor, faz-se necessário ter conhecimento do tempo de trabalho socialmente necessário para a produção dessas mercadorias; segundo Marx (1983, p. 48), o “tempo de trabalho socialmente necessário é aquele requerido para produzir um valor de uso qualquer, nas condições dadas de produção socialmente normais, e com o grau social médio de habilidade e de intensidade de trabalho”.

Ainda segundo Marx, no que atribui-se ao valor de uso que está evidente nas mercadorias:

Uma coisa pode ser valor de uso, sem ser valor. É esse o caso, quando a sua utilidade para o homem não é mediada por trabalho. Assim, o ar, o solo virgem, os gramados naturais, as matas não cultivadas etc. Uma coisa pode ser útil e produto do trabalho humano, sem ser mercadoria. Quem com seu produto satisfaz sua própria necessidade cria valor de uso, mas não mercadoria. Para produzir mercadoria, ele não precisa produzir apenas valor de uso, mas valor de uso para outros, valor de uso social. {E não só para outros simplesmente. O camponês da Idade Média produzia o trigo do tributo para o senhor feudal, e o trigo do dízimo para o clérigo. Embora fossem produzidos para outros, nem o trigo do tributo nem o do dízimo se tornaram por causa disso mercadorias. Para tornar-se mercadoria, é preciso que o produto seja transferido a quem vai servir como valor de uso por meio da troca.} Finalmente, nenhuma coisa pode ser

valor, sem ser objeto de uso. Sendo inútil, do mesmo modo é inútil o trabalho nela contido, não conta como trabalho então constitui nenhum valor” (MARX 1983, p. 48).

Ante essa passagem, é possível discernir que Marx está esclarecendo que os produtos do trabalho na sociedade capitalista não passam de mercadorias utilizadas unicamente para a valorização do capital, sendo que elas possuem o valor de uso e passam a ter um valor de troca. Após isto fica comprovado que qualquer produto do trabalho sempre terá um valor de uso, pois sua finalidade imediata é servir às necessidades humanas de reprodução, ou seja, através do trabalho sempre será produzido valor de uso. No entanto, o trabalho sempre terá de ser produtor de mais-valia, dentro do modo de produção capitalista porque nele impera o valor de troca empregado na valorização do capital.

Segundo ainda o pensamento de Lessa (2012), temos nas sociedades de classes exclusivamente duas classes: a classe burguesa (dominante) e a classe proletária (dominados), entretanto entre essas duas, temos a classe dos assalariados que auxiliam a classe dominante, a burguesia, em continuar com a exploração. Esses assalariados não fazem parte da classe burguesa porque estão na condição de subalternos e não obtém o controle privado das condições necessárias para a produção e riqueza, de antemão não podem fazer parte da classe proletária porque não agem na modificação da natureza, gerando riqueza material, entretanto eles vivem do salário que recebem, pois dominam o controle sobre os operários, a fim de resguardar a apropriação privada da riqueza da classe dominante, sendo que esse salário faz parte da riqueza adquirida dos proletários, entretanto, sua luta é para elevar seu salário que, de uma forma mais popular, significa explorar mais ainda o proletário para que seja possível o aumento dos seus salários.

Em suma, diante de uma sociedade calcada no modo de produção capitalista, o trabalho configura-se como sendo assalariado e alienante, sendo considerado a partir de então, como meio de subsistência, e a força do trabalho, assim como tudo, uma mercadoria, cuja finalidade viria a ser a definição de novas mercadorias. Nesse contexto, o foco seria a valorização do capital. Para Marx:

O estranhamento [alienação] do trabalhador em seu objeto se expressa, pelas leis nacional-econômicas, em que quanto mais o trabalhador produz, menos tem para consumir; que quanto mais valores cria, mais sem valor e indigno ele se torna; quanto mais bem formado o seu produto, tanto mais deformado ele fica; quanto

mais civilizado seu objeto, mais bárbaro o trabalhador se torna; quanto mais rico de espírito o trabalho, mais pobre de espírito e servo da natureza se torna o trabalhador. (MARX, 2004, p. 82)

Partindo-se da perspectiva de trabalho observado pela atual sociedade, surge, como resultado, a desvalorização do ser social. Segundo Antunes (2005, p. 70) “o resultado do processo de trabalho, o produto, aparece junto ao trabalhador como um ser alheio e estranho ao produtor”. Tem-se, então, que essa realização efetiva do trabalho aparece como desefetivação do trabalhador.

Ademais, dentro desse processo de alienação do trabalho, na sociedade capitalista, evidencia-se o ato de produzir, tido como efeito da então alienada atividade produtiva.

Nas palavras de Antunes (2005, p.70): “sob o capitalismo, o trabalhador não se satisfaz no trabalho, mas se degrada; não se nega”.

Diante de todo o exposto, seria papel da educação promover a liberdade dos indivíduos alienados, mediante a tomada de conhecimento, pelos últimos referidos, da verdadeira sociedade em que estão inseridos. István Mészáros (2008, p. 9) diz que “a educação não deve qualificar para o mercado [como deveras é pregado, dado caráter social capitalista], mas pela vida”. Ainda de acordo como o autor, a educação seria tida “[...] como forma de superar os obstáculos da realidade [...]” (Idem, Ibidem, p. 9). Portanto, era a favor de uma escola para todos capazes de capacitar o indivíduo para a libertação da mecanização capitalista, na qual seria tido como mera extensão da máquina – isso quando sua presença se faz necessária, caso contrário, seria totalmente prescindível. Todavia, Mészáros pontua:

[...] o simples acesso à escola é condição necessária, mas não suficiente para tirar das sombras do esquecimento social milhões de pessoas cuja existência só é reconhecida nos quadros estatísticos. E que o deslocamento do processo de exclusão educacional não se dá mais principalmente na questão do acesso à escola, mas sim dentro dela, por meio das instituições da educação formal. (Idem, p.11)

O autor introduz desse modo, o conceito da discriminação na educação escolar que, partindo para atualidade, poderia ser citado como a “destinação”, aos indivíduos menos favoráveis em termos financeiros, à educação profissionalizante – visto que as leis de mercado exigem “maior” qualificação técnica por parte dos mesmos, do contrário serão ultrapassados pelos “qualificados”. Enquanto os detentores do poder econômico, além de poderem

disponibilizar, aos seus filhos, educação básica e superior de qualidade, de Forma que possibilitam aos mesmos, educação e especialização em distintos centros de ensino acadêmico – o que corresponde a um grande passo perante os que não podem financiar tal ensino, visto que após seus estudos, necessitam logo de um emprego. Processo esse regulado pelo estado, em detrimento aos primeiros citados, visto não é permitido possuírem a mesma oportunidade, mesmo que tal propósito seja respaldado em lei, mas, esta é burguesa. Cabe elucidar o atual caráter de privatização do ensino público, instaurado pela doutrina neoliberalista, instaurando a educação escolar como um serviço, e como serviço oferecer um produto que se subordine aos interesses do setor produtivo, como é a ênfase para os cursos técnicos e profissionalizantes.

A formação crítica dos filhos do proletariado, ante a sociedade, é posta em última instância, pois viria de encontro ao capitalismo, logo, não constituiria fator favorável para sua reprodução social seus adeptos.

Mészáros define a educação como continuada, permanente, sendo considerada, procedendo do modo exposto, de fato educação não se resume ao espaço escolar. Nessa direção,

defende a existência de práticas educacionais que permitam aos educadores e alunos trabalharem as mudanças para a construção de uma sociedade na qual o capital não explore mais o tempo de lazer, pois as classes dominantes impõem uma educação para o trabalho alienante, com o objetivo de manter o homem dominado. Já a educação libertadora teria como função transformar o trabalhador em um agente político que pensa, que age, e que usa a palavra como arma para transformar o mundo. (MÉSZÁROS, 2008, p. 12)

Segundo Mészáros, as modificações sociais seriam propiciadas mediante as lutas de classes, de forma a realizar atividades educativas para evitar:

Limitar, portanto, uma mudança educacional radical “às margens corretivas interesseiras do capital significa abandonar de uma só vez, conscientemente ou não, o objetivo de uma transformação qualitativa. [...] É por isso que é necessário romper com a lógica do capital se quisermos contemplar a criação de uma alternativa educacional significativamente diferente”. (MÉSZÁROS, 2008, p.12)

Seria mediante as reivindicações sociais ativas que se conquistariam, de fato, o cumprimento dos direitos constitucionais de uma população. Os impasses existentes entre distintos segmentos de uma civilização classista seriam decisivos para o surgimento de tais

reivindicações. Na obra *O Manifesto Comunista*, Marx e Engels (Idem, p. 9) iniciam afirmando: “A história de todas as sociedades que já existiram é a história de lutas de classes”, o que de fato é plausível, relevando a divergência de interesses observados entre opressores e oprimidos. Analisando o exposto, seria possível suplantá-lo, de fato, a exploração do homem pelo homem?

Mesmo relevando a vital importância das lutas de classes na possibilidade de mudança dos atuais paradigmas sociais, muitos filósofos creditam na impossibilidade de haver um modo de produção com perspectivas contrárias as do atual capitalismo, capaz de extinguir as desigualdades implantadas em uma sociedade respaldada nas leis da livre concorrência. Abordando um ponto de vista conservador, tais pensadores defendem a imutabilidade da situação exploratória do homem, no que se refere ao seu semelhante, atribuindo ao próprio ato da exploração caráter de essência dos indivíduos: “[...] A corrente ideológica conservadora afirma que não é possível a superação da exploração do homem pelo homem porque ela corresponde a verdadeira essência humana” (LESSA, 2008, p. 13).

Dentre os adeptos de tal crença estão J. Habermas, H. Arendt, N. Bobbio e J. Rawls (Apud LESSA E TONET, idem, p.13), que evidenciam ser “[...] a vida social como uma luta entre indivíduos que são essencialmente mesquinha, egoísta, individualista e movida pelo desejo de acumular propriedades”.

Por considerar tal afirmação, o filósofo nazista Martin Heidegger concluiu que “[...] a luta é a dimensão autêntica da existência humana” (Idem, ibidem, p. 13); para tanto, somente uma sociedade capitalista se adequaria a homens essencialmente individualistas.

A educação, tomada nesse aspecto, não cumpriria seu papel de formação crítica dos indivíduos (assim como evidente na contemporaneidade), visto surgir em uma sociedade em que a finalidade maior será a exploração de seus integrantes.

Para a segunda corrente de pensamento “[...] não somente é possível, mas também necessário, que a humanidade se emancipe da exploração e da opressão” (Idem, ibidem, p. 14). Abordando uma perspectiva revolucionária quanto ao assunto abordado, tais filósofos, cuja expressão de maior ênfase tratou-se do pensador alemão Karl Marx, defendiam o estabelecimento de um meio social comunista, não sendo justificável a consideração do individual como essência. Assim como Marx demonstra:

[...] tal como a humanidade se fez burguesa, ela também pode se fazer comunista. Por isso [...] o capitalismo não é o fim da história. Entre a sociedade

burguesa e a sociedade comunista não há nenhum outro obstáculo senão as próprias relações sociais. (Idem, p. 15)

Em suma, os revolucionários acreditavam que a evolução social não conduziria a formas de opressão mais rebuscadas, e sim a uma barbárie, senão a própria extinção da humanidade, sendo que “[...] a única forma de evita-la é superar as desumanidades da sociedade capitalista” (Idem, p.14). Para tanto, “[...] não há outra alternativa senão a emancipação humana da opressão dos homens pelos homens” (Idem, p. 15). Em meio a tal fato, a educação seria a despertadora da consciência social, contribuindo para a tomada do discernimento das mazelas mundiais, o que constituiria o primeiro passo para o que viria a ser a instauração do socialismo, alcançada da luta de classes e da ditadura do proletariado.

Considerações finais

Tendo em vista os aspectos abordados no presente trabalho – no qual foi feita algumas reflexões sobre o Trabalho e formas de relações sociais no Capitalismo, em síntese, no que concerne a sua influencia no surgimento do chamado trabalho alienante –, e relevando as considerações feitas por Mészáros, bem como as apresentadas feitas em citações retiradas de textos elaborados por distintos autores, infere-se o quão importante o papel da educação e de educadores, com atividades educativas, as quais, a partir de conteúdos com aportes de conhecimentos acumulados, num horizonte de superação da sociedade capitalista, é essencial na promoção do “despertar social” perante a realidade que a sociedade é envolvida a se reproduzir. Dada a atual sociedade capitalista, no entanto, torna-se cada vez mais conspícua a dificuldade de instaurar uma instituição capaz de fazê-lo. Faz-se necessária, portanto, a reivindicação de meios para a integral formação humana para contribuir a sua emancipação. Essa formação indo além da mera profissionalização, sendo destacada como referência crítica, para que o posicionamento do individuo tenha eco geracional na sociedade.

Referências

ANTUNES, Ricardo Luís Coltro, 1953- **O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2005.

KUENZER, Acácia. **Ensino de segundo grau: o trabalho como princípio educativo**. São Paulo: Cortez, 1988.

LESSA, Sérgio; TONET, Ivo. **Introdução à filosofia de Marx**. 1 Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

LESSA, Sérgio. **Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo**. São Paulo: Cortez, 2007.

LESSA, Sérgio. **Para compreender a ontologia de Lukács**. 3 Ed. Ijuí: Editora Unijuí, 2012.

LUKÁCS, Georg. **As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem: temas de ciências humanas**. São Paulo: Ciências Humanas, 1978.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Educação, Formação e Trabalho. In: _____. **Textos sobre Educação e Ensino**. Campinas, SP: Navegando, 2011. p. 41-63.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O Manifesto Comunista**. Tradução de Maria Lucia Como. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998. (Coleção Leitura)

MARX, Karl. **O Capital**. São Paulo: Abril, Cultural, 1983. v. 1.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. Tradução de Isa Tavares. 2 Ed. São Paulo: Boitempo, 2008. (Coleção Mundo do Trabalho)

NETTO, José Paulo. **Economia política: uma introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 2006. v. 1.

SAVIANI, Demerval. **Pedagogia histórico-crítica**. São Paulo: Cortez, autores associados,